



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social - fundamentos

DESIGUALDADE SOCIAL E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

RENATA SILVA DE ASSIS GOMES ¹

RESUMO: O presente artigo contém uma análise dos efeitos da crise estrutural sobre a desigualdade social e a atuação do profissional do serviço social. Diante da crise estrutural 1970, têm-se um aprofundamento da desigualdade social, muitos direitos conquistados pela classe trabalhadora são atacados pelo capital. Esta crise que afeta todas as estruturas do sistema tem rebatimentos também sobre o exercício profissional do serviço social. Sabemos que a atuação dos profissionais de Serviço Social baseia-se no entendimento e enfrentamento das expressões da Questão Social. Desta forma, buscaremos contribuir com o debate que se apresenta no campo da profissão, mas se estende a toda a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Desigualdade social, Crise estrutural do Capital, Serviço Social.

ABSTRACT: This article contains an analysis of the effects of the structural crisis on social inequality and the performance of social service professionals. Faced with the structural crisis 1970, many rights conquered by the working class are attacked by capital. This crisis that affects all the structures of the system also has repercussions on the professional exercise of social work. We know that the work of Social Work professionals is based on understanding and facing the expressions of the

¹Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Alagoas

Social Question. In this way, we will seek to contribute to the debate that is presented in the field of the profession, but extends to the entire working class.

Keywords: Social Inequality, Structural Capital Crisis, Social Work.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta é resultado do trabalho final da disciplina “Serviço Social e Relações Sociais” ofertada pelo programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

Procurar explicações para os males sociais atuais implica em conhecer os fundamentos do modo de produção capitalista, suas leis gerais e as tendências de desenvolvimento desta forma de existência social fundada na produção alienada de riqueza e na reprodução contínua da pobreza. Situação social esta que tem sofrido um agravamento com a crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011) do sistema do capital, desde os anos 70 do século XX. A luta contra a desigualdade não se resume à obtenção de direitos sociais, pois com a crise do capital estes estão sendo eliminados, em boa medida, para atender à acumulação do capital em crise, degradando ainda mais a condição de vida dos trabalhadores.

Desta forma, o presente artigo tece considerações acerca dos fundamentos ontológicos da crise estrutural do capital, bem como, dos impactos desta crise sobre o aprofundamento da desigualdade social, trazendo um arcabouço de elementos que permitam fomentar o diálogo a respeito da atuação do Serviço Social frente aos desafios postos pela crise.

2. Fundamentos ontológicos da crise estrutural do capital

Sabemos com base em Mészáros (2011) que desde a década de 1970 o modo de produção capitalista vem passando por uma crise, esta configura-se de forma diferente de todas as crises que o capitalismo já experienciou. Para o referido autor esta crise tem uma particularidade pois afeta todas as estruturas do capitalismo². Segundo o autor (2011),

Todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prelevante mude para um modo qualitativamente diferente. Quando esses limites são alcançados no desenvolvimento histórico, é forçoso transformar os parâmetros estruturais da ordem estabelecida. (p.216)

O autor enfatiza que estes limites são absolutos para o sistema do capital e “não algo impossível de ser transcendido”. Quando ativados estes limites absolutos começam a impossibilitar a acumulação e expansão do capital, ocasionando a crise que afeta todas as estruturas do sistema. Dessa forma, Mészáros (2011) pontua que “esses limites absolutos do sistema do capital ativados nas atuais circunstâncias não estão separados, mas tendem, desde o início, a ser inerentes à lei do valor”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 226)

Mészáros (2011), ressalta que,

os limites absolutos do sistema do capital são ativados sempre que antagonismos cada vez mais sérios dos intercâmbios globais materiais e políticos exigem soluções verdadeiramente positivas, mas o modo profundamente arraigado de controle sociometabólico do capital é estruturalmente incapaz de oferecê-las. (p.245)

O sistema do capital é passível de crises cíclicas inerentes ao seu desenvolvimento revelando certa “normalidade” destas crises. Porém, o que deveria ser um dinamismo constante e que fortalecesse cada vez mais o princípio de acumulação do capital, também contém seu limite tendo em vista que se esse sistema for “emperrado (por qualquer motivo) este processo dinâmico de expansão e acumulação” terá “consequências devastadoras”.

²Segundo Mészáros (2011) “Expansionista, destrutivo e, no limite, incontrolável, o capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, como um *depressed continuum*, como uma crise cumulativa, crônica e permanente, com a perspectiva de uma ‘crise estrutural cada vez mais profunda’, ao contrário da sua conformação anterior, cíclica, que alternava fases de desenvolvimento produtivo com momentos de ‘tempestade’.” (p. 18)

Portanto, com o advento da crise estrutural do capital os antagonismos próprios desta forma de sociabilidade acentuam-se e afetam todas as estruturas da sociedade, sejam elas políticas, sociais, materiais, etc. (MÉSZÁROS, 2011).

Segundo Mézárós, o capital baseia-se na expansão e é movido pela acumulação. Neste sentido, as crises cíclicas fazem parte da sua dinâmica e são necessárias para o seu desenvolvimento. Porém, estas crises também podem se caracterizar como estrutural. O que de acordo com o autor supracitado representa uma crise que

[...] afete o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social (MÉSZÁROS, 2011, p. 100).

Ao analisar a crise estrutural do capital que vivenciamos desde a década de 1970, Mézárós afirma que sua novidade histórica se explicita em quatro aspectos, quais sejam: possui um caráter universal que não se restringe a uma esfera particular; seu “alcance é verdadeiramente global” sendo que atinge todos os países; sua escala de tempo é “extensa, contínua”, ou melhor, é “permanente” em contraposição a uma crise cíclica, situada num determinado período; seu “modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante”.

3. Os impactos da crise sobre o aprofundamento da desigualdade social

Entre o último quartel do século XIX e o início dos anos 70 do séc. XX, a despeito das crises cíclicas vivenciadas pelo capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas³, estimulado pela expansão através de novos mercados e o aumento da capacidade de consumo,

³O conjunto dos elementos, meios de trabalho (tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar, como instrumentos, ferramentas, instalações, a terra etc.) objetos de trabalho (tudo aquilo sobre que incide o trabalho humano, como as matérias primas naturais brutas ou já modificadas pela ação do trabalho) e força de trabalho (trata-se da energia humana que no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de produção, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades) designa-se forças produtivas. (NETTO; BRAZ, 2012b, p. 70)

possibilitou tanto o crescimento do capital como a distribuição de parte da produtividade acumulada aos trabalhadores dos países avançados. A intervenção keynesiana do Estado e a gama crescente de direitos sociais, instituídos durante o período de bem-estar que caracterizou o pós-segunda guerra mundial, resultou no tratamento da questão social⁴ quase inteiramente pelo Estado benfeitor.

O deslocamento das contradições do sistema do capital com a culminação de sua ascendência histórica no período do pós-guerra levou a que as manifestações da lei geral da acumulação do capital, com a correspondente acumulação relativa da miséria, *aparentemente* desaparecessem nos países do *Welfare State*, e, por consequência, que a produção/reprodução da questão social fosse atenuada por políticas de benefícios diretos e indiretos, favorecendo o aumento da capacidade de consumo do trabalhador. Alegava-se que essa estratégia distributiva levaria progressivamente à eliminação das desigualdades sociais. (LESSA, 2013)

No entanto, tal equívoco foi, no devido tempo, dissolvido por um fato voluntariamente ignorado. Durante o próprio período ascendente do Estado do Bem-Estar, os apologetas da social-democracia, promotora do pacto firmado entre o capital e o trabalho, ignoraram o fato de que os benefícios da produtividade usufruídos pelos trabalhadores dos países centrais eram sustentados, em boa parte, pelas altas taxas de exploração dos trabalhadores dos países periféricos. A integração dos países periféricos à hierarquia do mercado mundial imposta pelos países avançados reservava-lhes um papel subordinado, para o qual contribuíam com o baixo custo de sua força de trabalho. A mistificação da sociedade da afluência e da convergência de interesses entre o capital e o trabalho tinha seus pés apoiados na superexploração do trabalho na periferia do sistema do capital global. (MÉSZÁROS, 2011)

Após esse período de concessão de benefícios para a classe trabalhadora através de políticas sociais, mais uma vez o capitalismo entra em crise, e como se pode imaginar os primeiros a serem atacados são os trabalhadores. De acordo com Netto,

Além de não eliminarem o ciclo crítico da dinâmica capitalista (manifestado nas

4Por “questão social” entenda-se “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho”. (FILHO, 1982, p. 21 apud NETTO, 2007, p.17). Ou ainda, segundo Iamamoto: “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia (...)” (IAMAMOTO, in IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p.77 apud NETTO, 2007, p.17)

sucessivas crises abertas por aquela da Bolsa de Nova York, em 1987, até as mais recentes, de 2008 e 2011-12) e de não reverterem a curva própria da 'onda longa recessiva' mencionada por Mandel (nos países do OCDE, as taxas de crescimento permaneceram medíocres desde 1980, ainda que, desde então, a lucratividade das grandes corporações tenha sido recuperada), tais vitórias do capital penalizaram fortemente os trabalhadores. Custaram-lhes, em primeiro lugar, seus postos de trabalho – o desemprego, tomadas as cifras mundiais, vem crescendo desde os anos 1980. Custaram-lhes, em segundo lugar, mediante o aumento da exploração, compressões sobre os salários daqueles que não conseguiram manter seus empregos, derivando em ponderável aviltamento do padrão de vida. Custaram-lhes, em terceiro lugar, um forte ataque aos sistemas públicos de seguridade social. E tais custos só podem ser devidamente contabilizados se se faz um balanço abrangente de quase três décadas de 'flexibilização' do tardo-capitalismo – e aqui o que se constata é que a pauperização absoluta e a relativa, conjugadas ou não, *criaram*, mesmo que diferencialmente, *para a maioria esmagadora da população do planeta* (constatações verificáveis até nos documentos do Banco Mundial a partir de 1991 e nos vários relatórios do PNUD, em especial a partir de 2005)". (Netto, 2012a, 423)

Assim, nas palavras de Mota (2012),

A rigor, como argumentou Karl Polanyi (2000), o Estado nunca esteve ausente da economia capitalista. Todavia, na atualidade, ele redefine sua ação, e o faz numa conjuntura específica: os mesmos personagens que impuseram os ajustes nos anos 1980 e 90 do século XX na América Latina, diante do agravamento da pobreza e da força dos movimentos sociais que destituíram mais de uma dúzia de presidentes neoliberais, iniciam uma revisão das suas propostas pós-consenso de Washington. Denominadas de políticas de segunda geração, elas alteram as diretrizes sobre os *ajustes estruturais* e instituem o financiamento de programas de *alívio à pobreza* nos países periféricos. Este novo direcionamento foi protagonizado na gestão do Banco Mundial de James Wolfensohn, também endossada por Joseph Stiglitz, a determinar as tendências do desenvolvimento social em curso na região: a manutenção das reformas de cunho neoliberal com expansão das políticas de assistência social e de rendas mínimas ou de inserção, voltadas para a redução dos níveis extremos de pobreza. Um dos elaboradores dessa proposta, o economista Amartya Sen, era então membro da presidência do próprio Banco Mundial, e sua proposta de "desenvolvimento como liberdade" (Sen, 2000) foi plenamente incorporada pela instituição. Na sua perspectiva, são necessários esforços na remoção de obstáculos do desenvolvimento da sociedade (pobreza, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos), considerados entraves ao pleno desenvolvimento à liberdade de acesso do indivíduo ao mercado. (MOTA, 2012, pág.5)

Até as sociedades mais ricas caracterizam-se pela desigualdade. Atualmente, com a crise estrutural do capital, a desigualdade acentuou-se. Segundo, Netto (2010) "a ordem tardia do capital não tem mais condições de propiciar quaisquer alternativas progressistas para a massa dos trabalhadores (num sentido mais geral, para a massa que só dispõe da sua força de trabalho) e para a humanidade". (p.25-26)

Neste sentido, até as políticas sociais, que não alteram a situação de pauperização dos trabalhadores, mas, proporcionam uma melhora relativa em suas condições de vida foram atingidas com as necessidades de se reinventar do capital no curso em andamento da crise estrutural. Vejamos as considerações de Mota sobre as políticas sociais,

Inegavelmente, estas políticas permitem o aumento do consumo das famílias pobres, porém não interferem na origem das desigualdades. Note-se que as políticas sociais mais estruturadoras, como a saúde, as reformas/aposentadorias, a educação, dentre outras que os governos neoliberais transformaram em serviços mercantis, são objeto de uma forte reação da direita continental, historicamente patrimonialista, oligárquica e antirreformista, ante qualquer iniciativa de universalização. Qualquer ação que permita democratizar o acesso a bens e serviços públicos, assim como instituir mecanismos de controle no âmbito da sociedade, é suficiente para desencadear a ofensividade da direita, contra o que eles identificam de *populismo radical*. Todavia, as políticas focais são apoiadas e vêm sendo objeto de parcerias entre os setores público e privado. (MOTA, 2012, pág.7)

Num contexto de crise estrutural do capital, seus elementos destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral. (MÉSZÁROS, 2011) É por isso, que a crise estrutural tem consequências devastadoras para a classe trabalhadora provocando o agravamento da desigualdade social. Neste sentido, segundo Tonet (2012), o momento atual da história da humanidade nos indica,

Que não é apenas da natureza do capital produzir desigualdades sociais. É também da natureza da sua reprodução, a partir de certo momento, produzir tanto mais desigualdades sociais quanto maior for o seu desenvolvimento. É o que estamos vendo hoje. De um lado, extraordinário desenvolvimento da riqueza; de outro, intensificação nunca vista das desigualdades e dos problemas sociais (miséria, fome, violência, drogas, guerras, exclusão social, degradação das condições de vida de milhões de pessoas, devastação da natureza, etc.) (TONET, 2012, p.23)

Portanto, sua tendência será o agravamento das desigualdades, como também de todas as suas contradições. Desta forma, a dinâmica incontrolável do capital mostra que essa forma de sociabilidade tem que ser superada para que a humanidade chegue a um patamar superior de realização. (TONET, 2012)

4. A atuação do Serviço Social frente aos desafios postos pela crise

Sabe-se que é próprio do sociometabolismo do sistema capitalista reinventar-se durante as crises que o acometem, não seria, pois, diferente com a crise estrutural. Para manter

sempre em onda crescente a acumulação de capital, a classe trabalhadora é atingida nos seus mínimos direitos adquiridos durante a história. Segundo Netto,

A política social dirigida aos agora qualificados como excluídos se perfila, reivindicando-se como inscrita no domínio dos direitos, enquanto específica do tardo-capitalismo: não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema, a indigência – conforme seu próprio discurso, pretende confrontar-se com a pobreza absoluta (vale dizer, a miséria extrema). O minimalismo dessa proposição – gritante se comparado aos objetivos, aliás nunca alcançados, dos programas de proteção/promoção social elaborados e implementados no período das 'três décadas gloriosas' do capitalismo – pode ser apreciado na 'Declaração do Milênio' (2000), consensuada na Organização das Nações Unidas: por meio dos 'objetivos do desenvolvimento do milênio', há a proposta/promessa de 'libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjetas e desumanas da extrema pobreza'; mais precisamente, a proposta é, em 15 anos (ou seja, até 2015), reduzir a extrema pobreza pela metade – este é o primeiro dos 'objetivos de desenvolvimento do milênio': reduzir pela metade a percentagem de pessoas que vivem com menos de um dólar e vinte e cinco centavos por dia. Apesar desse espantoso minimalismo frente a uma 'questão social' maximizada, os vários relatórios sobre o 'desenvolvimento humano', regularmente preparados pelo PNUD, ainda que enfatizem 'ganhos' deste programa, deixam claro que seus objetivos – reitere-se: minimalistas – não serão alcançados. (NETTO, 2012a, pág.428).

Apesar de bem intencionas, as projeções apresentadas na “Declaração do Milênio”, estão longe de ser alcançadas. Com o agravamento da crise estrutural do capital, em 2021, segundo dados do relatório do PNUD publicados na Folha de S. Paulo⁵, “no Brasil, os 10% mais ricos concentram 57% da renda nacional”. Faz-se necessário salientar que desde o ano passado o mundo vem enfrentando uma crise sanitária provocada pelo SARS-CoV-2 ou como é popularmente conhecido COVID-19. Esta pandemia mundial ainda em curso vem afetando todas as estruturas do sistema. Este acirramento das contradições do modo de produção capitalista põe na ordem do dia muitos desafios ao trabalho do assistente social, uma vez que estamos numa conjuntura de agravamento da desigualdade social.

Em tempo de mudanças das relações de produção, da organização material, no modo de gestão e, na compra e venda da força de trabalho, motivadas pelo processo de reestruturação geral do capital, percebe-se uma dada intensificação e precarização das condições de trabalho, com intuito de estabelecer novo período de acumulação do capital. Assim, faz-se necessário entender os fundamentos ontológicos da crise estrutural do capital,

⁵Para mais informações: CARAM, B. Relatório da ONU vê agravamento de desigualdade com pandemia e baixo crescimento de Brasil e vizinhos. Folha de S. Paulo. 21 de jun. 2021. Disponível em; <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/relatorio-da-onu-ve-agravamento-de-desigualdade-com-pandemia-e-baixo-crescimento-de-brasil-e-vizinhos.shtml>. Acesso em: 14 de jul. 2021.

para entender qual o papel do assistente social frente aos desafios postos pela conjuntura atual. Recordemos as palavras do Professor José Paulo Netto sobre a emergência do Serviço Social enquanto profissão,

Ora, o pressuposto do serviço social original aponta para o enfrentamento da “questão social” nos marcos do capitalismo; mais precisamente, o serviço social surge vocacionado para subsidiar a administração da “questão social” nos quadros da sociedade burguesa. Verifica-se, portanto, que não é exata a relação, reiterada à exaustão na análise histórica de profissão, entre serviço social e “questão social”; na verdade, a efetiva conexão histórico-social, não se passa entre estes dois termos, mas entre serviço social e “questão social” sob o capitalismo dos monopólios – a profissão só emerge na idade do monopólio, quando o Estado burguês desenvolve forma sistemáticas, estratégicas e coesivas para enfrentar as manifestações da “questão social. (NETTO, 1989, pág. 90-91)

O Serviço Social conforme apontado por Netto (1989), surge para “subsidiar a administração da ‘questão social’”. É importante lembrar que sua atuação inicialmente através das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, está dentro dos limites desta. Nas palavras de Tavares,

Essa necessidade de assistência social cria, no mercado, o espaço profissional do assistente social, tornando evidente que o Serviço Social, embora tenha como usuário o trabalhador, é demandado pelo capital. E, na medida em que a questão social se agrava, abrem-se novos espaços para a profissão, tornando incontestável a relação entre as esferas econômica e social. (pág. 55)

O Serviço Social como profissão surge com uma função específica no modo de produção capitalista, e o conjunto de profissionais e estudantes que compõe esta categoria compreendem qual seu papel na sociedade. Segundo Iamamoto,

Em 1982, já afirmava ser o Serviço Social impensável sem a base organizacional em que se inscreve. Regulamentado como uma profissão liberal, ele dispõe de certos traços típicos, como a reivindicação de uma deontologia, o caráter não rotineiro da intervenção, uma relação singular no contexto direto com os usuários dos serviços prestados, com possibilidade de definir a condução da ação profissional. (IAMAMOTO, 2010, 255-56).

Apesar de ser demandado pelo capital, o Serviço Social em seu Projeto Ético-político declara “sua organicidade aos interesses e projetos da classe trabalhadora”. O assistente social é um profissional assalariado, contratado majoritariamente pelo Estado para mediar os conflitos entre as duas classes, classe trabalhadora e burguesia. O Serviço Social enquanto profissão surge num contexto histórico específico – a saber no capitalismo monopolista – e com esta demanda da classe dominante. Mas, a evolução histórica da

profissão e sua aproximação com uma perspectiva histórica-crítica, através da teoria social de Marx, possibilitou ao profissional uma visão crítica da realidade, fazendo com que a categoria oriente seus estudos e funções em favor da classe trabalhadora, desenvolvendo em seu código de Ética a “defesa intransigente dos direitos humanos”, e apontando em seu Projeto Ético-Político uma opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária. Nas palavras de Mota; Amaral,

Reafirmamos que as condições do exercício profissionais são historicamente determinadas, donde a natureza contraditória da profissão que, por sua vez, é atravessada por uma tensão: a necessidade de responder às demandas profissionais – como uma condição de sua existência - e, pelo mesmo caminho, colocar em questão o processo de reprodução social da sociedade que gera aquelas demandas. Neste sentido, a profissão tem um ideário que se revela no projeto ético-político-profissional, responsável pela direção social que desejamos e lutamos para imprimir à nossa ação, mas a sua operatividade depende das condições objetivas. (MOTA; AMARAL, 2009, pág.8)

Sabemos que, este profissional é requisitado pelo Estado para ser o executor das políticas sociais que surgem para apaziguar os conflitos entre a classe trabalhadora e a burguesia. Mas em seu desenvolvimento histórico, a profissão toma um outro rumo. Assume a posição de defensor dos interesses da classe trabalhadora. Mesmo sabendo que são profissionais empregados pelo Estado para desempenhar uma função específica. Os assistentes sociais seguem lutando pela defesa dos direitos humanos. Segundo Mota; Amaral,

Atentas aos limites de uma ação político-profissional, consideramos que o Serviço Social brasileiro, diferentemente de outros países latino-americanos, não se restringiu ao atendimento das demandas prático-operativas, mas, sem negá-las, avança em tempos de crise, construindo referências teórico-metodológicas que abordam a complexa relação entre a luta pela emancipação política e o horizonte da emancipação humana. (MOTA; AMARAL, 2009, pág. 6-7)

Iamamoto argumenta que,

Certamente, esse cenário histórico impõe outros desafios às múltiplas especializações do trabalho e à elucidação do significado social do Serviço Social no tempo presente, na fidelidade mesma ao movimento do real. Por um lado, as determinações fundamentais da análise no que se referem à dinâmica contraditória da sociedade capitalista se mantêm. Todavia, elas se realizam mediante inéditos processos sociais, que requerem ser apreendidos e elucidados, atribuindo visibilidade às suas refrações no trabalho do assistente social, essa é uma tarefa coletiva, de todos aqueles que têm na história o desafio de suas elaborações. (IAMAMOTO, 2010, p. 263-64).

Diante da atual conjuntura de crise estrutural do capital, muitos desafios são postos a categoria de assistentes sociais. A intensificação do ritmo do trabalho, reforçada pela inserção da tecnologia nos espaços de trabalho, o acúmulo de tarefas, as péssimas condições de trabalho, os vínculos temporários, os baixos salários, o contingenciamento de recursos direcionados às políticas sociais tem se apresentado na realidade como limites para uma intervenção profissional qualificada e que se comprometa com as demandas da classe trabalhadora.

5. Considerações finais

Sabemos que é característico do modo de produção capitalista conceder alguns benefícios para o trabalho em momentos de expansão, e retirá-los em momentos de crise. Porém, como constatou Mészáros, a partir da década de 70 instaurou-se uma crise estrutural do capital. E o que se vê é cada vez mais o trabalho ser afetado. Atualmente, ainda se acredita na possibilidade de melhoramento progressivo da condição de vida da classe trabalhadora no interior do capitalismo. Porém, com a crise estrutural do capital as antigas ilusões reformistas vieram abaixo, mas ainda assim necessitam de crítica permanente, pois reaparecem com as ideias do neokeynesianismo e da luta pela recuperação de direitos perdidos como meio de emancipação política do trabalho.

A título de considerações finais, reafirmamos que as políticas sociais não alteram a desigualdade social, mas são fundamentais para grande parte da população sobreviver ainda que de forma precária. Combatemos as ilusões reformistas no sentido de que elas não alteram a relação capital-trabalho. Mas seguiremos lutando – enquanto categoria profissional que defende um projeto ético-político que visa a emancipação humana – pelos direitos sociais conquistados com muita luta pela classe trabalhadora. Este é um dos maiores desafios postos atualmente pela crise estrutural do capital aos profissionais do serviço social

REFERÊNCIAS

CARAM, B. **Relatório da ONU vê agravamento de desigualdade com pandemia e baixo crescimento de Brasil e vizinhos.** Folha de S. Paulo. 21 de jun. 2021. Disponível em; <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/relatorio-da-onu-ve-agravamento-de-desigualdade-com-pandemia-e-baixo-crescimento-de-brasil-e-vizinhos.shtml>. Acesso em: 14 de jul. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 4. e.d. – São Paulo: Cortez, 2010.

LESSA, Sérgio. **Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina.** Editora: Centro de investigação em Ciências Sociais, dez. 2012.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. **Projeto Profissional e Projeto Societário.** Revista Inscrita, Brasília, ano 8, V.12, nov. 2009.

NETTO, José Paulo, 1947. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da barbárie.** In: ENCONTRO INTERNACIONAL "CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE", 3., Serpa, 30-31 oct. 1º nov. 2010. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657> Acesso em: 06 de julho de 2021.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias.** Revista Serviço Social e Sociedade. n. 111, p. 413-429. São Paulo. jul./set. 2012a.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica.** In: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012b. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)

NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a tradição marxista.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, V. 10, n.30, 1989.

TONET, Ivo. **Sobre o socialismo.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012 – 2. ed.